

Opinião

A Transição Energética e o Papel da Indústria Petrolífera

Ricardo Alves Silva

Sócio e Co-Coordenador da Área de Prática de Energia e Recursos Naturais da Miranda & Associados – membro da Miranda Alliance

A transição energética é um tema que tem estado na boca do mundo, e o Continente Africano não é excepção. O problema é que, frequentemente, a tentação para a “globalização” das questões, tão típica da época em que vivemos, faz com que os interlocutores sejam cegos para as especificidades locais. E a verdade é que a África subsaariana em geral, e Angola em particular, têm especificidades que não podem ser esquecidas neste debate.

Em primeiro lugar, falamos de uma região em que, segundo a Agência Internacional de Energia, 600 milhões de habitantes não têm acesso a electricidade, e em que a utilização de fontes de energia altamente poluentes e tóxicas (como o carvão, madeira, querosene e resíduos) para a confecção de refeições, iluminação e aquecimento provoca mais de 400.000 mortes por ano. Em Angola a população sem acesso a energia eléctrica rondará os 60%, e a utilização de geradores a diesel pelos

Transição deste tipo de combustíveis para fontes renováveis de geração de electricidade traria benefícios significativos para a economia nacional (desde logo em termos de estabilidade e qualidade de fornecimento, redução de custos

restantes 40% (ou em centrais eléctricas que abastecem as suas residências e espaços comerciais e industriais) ainda ocupa um lugar de destaque.

Ora, a transição deste tipo de combustíveis para fontes renováveis de geração de electricidade traria benefícios significativos para a economia nacional (desde logo em termos de estabilidade e qualidade de fornecimento, redução de custos, etc.) e para a saúde pública. O alargamento da oferta de electricidade de fontes renováveis, sobretudo -mas não só- nas Províncias permitiria, por um lado, combater a pobreza energética e, por outro, melhorar a saúde das populações. A espectável diminuição das importações e o aumento da oferta e da qualidade do fornecimento de energia teriam, também, efeitos positivos ao nível do desenvolvimento económico e do equilíbrio da balança de pagamentos.

Chegados aqui, a pergunta que se coloca é: qual o papel da indústria petrolífera na transição energética? A nível global, a resposta da indústria tem variado entre as companhias petrolíferas que procuram assumidamente converter-se em “empresas de energia” em geral, e aquelas que procuram outras formas de descarbonização da produção e consumo de combustíveis fósseis. A tendência da opinião pública tem sido a de demonizar a indústria, com alguns sectores a defenderem que a indústria petrolífera não deve ter qualquer papel na transição.

Acontece que o afastamento da indústria petrolífera da equação é um erro estratégico, por variadíssimas razões. Em primeiro lugar, é inegável o papel que os combustíveis fósseis terão nas próximas décadas. Embora o carvão (mesmo com as suas várias “retomadas” cíclicas) pareça condenado, há outros combustíveis fósseis que não podem, no imediato, ser descartados. Falamos aqui desde o gás natural, o verdadeiro combustível de transição que Angola (e bem) conta continuar a desenvolver e produzir, até ao petróleo que irá continuar (na sua forma de gasolina, gasóleo e jet fuel) a alimentar a rede de transportes e logística pelo mundo fora enquanto não surgir uma alternativa capaz de o substituir a nível global.

Em segundo lugar, a indústria petrolífera é um

excepcional repositório de conhecimento e tecnologia que será essencial se queremos que a transição seja um sucesso. É inegável que as empresas petrolíferas e os respectivos prestadores de serviços têm, ao longo dos anos, formado pessoal especializado e desenvolvido tecnologias que terão um papel preponderante na transição energética, desde a tecnologia que permite, hoje em dia, instalar plataformas eólicas flutuantes em alto mar, aos engenheiros especializados em implementar projectos de alta complexidade em ambientes adversos, e advogados, negociadores e economistas que passaram as últimas décadas a desenvolver os melhores e mais sofisticados modelos para estruturação de projectos e compra e venda de energia.

Também em Angola, quer as “novas” empresas de energia, quer as empresas petrolíferas “mais tradicionais”, quer ainda as prestadoras de serviços, já mostraram o seu compromisso com o novo mundo que vem surgindo, diversificando a sua actividade, fazendo um pivot para soluções mais sustentáveis, e oferecendo um leque cada vez mais variado (e verde) de serviços. Mas para Angola tirar o máximo partido da transição, e capitalizar o seu excepcional posicionamento regional no seio da African Continental Free Trade Area (AfCFTA), também as autoridades públicas terão de fazer a sua parte. Desde logo, torna-se cada vez mais premente a aprovação de um regime jurídico que traga uma maior flexibilidade à forma como estas empresas actuam no mercado, permitindo-lhes, sem grandes burocracias, alargar o seu âmbito de actuação a estas novas áreas, afectando pessoal especializado onde ele é mais útil, e criando o necessário regime fiscal e de incentivos que permita a estas empresas colocar o seu know-how ao serviço da transição e do país. Depois, torna-se necessário aprovar ou acordar os regimes jurídicos e contratuais para actividades como a captura de carbono, a certificação “verde” de carregamentos de petróleo e gás, e fomentar a utilização de tecnologias verdes na produção petrolífera.

Ao longo dos anos, Angola tem demonstrado ter capacidade de estar na vanguarda da indústria energética, e temos a certeza que saberá, mais uma vez, aproveitar esta oportunidade. **M**

